STJ00109642

Rogerio Schietti Cruz

PRISÃO CAUTELAR

Dramas, Princípios e Alternativas

Prefácio
J. P. Sepúlveda Pertence

Posfácio
Luís Roberto Barroso

5ª edição | revista atualizada ampliada

2020

EDITORA JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

STJ00109642

EDITORA *Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: https://www.editorajuspodivm.com.br/sac

1168733

Copyright: Edições *Jus*PODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

Diagramação: Ideia Impressa *(ideiaimpressadesign@gmail.com)*

ISBN: 978-85-442-3231-6

• A Editora *JusPODIVM* passou a publicar esta obra a partir da 3.ª edição.

Todos os direitos desta edição reservados à Edições *Jus*PODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições *Jus*PODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

STJ00109642

SUMÁRIO

CAPÍTULO I **19**

1. O Drama da Prisão Cautelar 19
2. Finalidades e Legitimação da Prisão Cautelar no Curso da História.. 22
3. A Lógica do Sofrimento 25
4. A Necessária Ponderação sobre os Malefícios da Prisão 28

CAPÍTULO II **33**

1. A Seletividade do Sistema Punitivo e, em Especial, da Prisão Cautelar 33

CAPÍTULO III **43**

1. Breve Escorço Histórico da Prisão Cautelar no Brasil 43
2. O Sistema Cautelar Anterior ao Código de 1941 45
3. O Processo Penal da Era Vargas 47
4. A Progressiva Flexibilização do Código de 1941 48
5. O Tratamento Jurídico Atual 50
6. As Revogadas Prisões Decorrentes da Decisão de Pronúncia e da Sentença Condenatória Recorrível 56

CAPÍTULO IV **67**

1. Dos Princípios que Interferem no Tema 67

STJ00109642

1.1. Favor Rei 67
1.2. Dignidade da Pessoa Humana 69
1.3. Presunção de Não Culpabilidade 76
1.4. Proteção Penal Eficiente 92
1.5. Excepcionalidade 101
1.6. Legalidade e Jurisdicionalidade 106
1.7. Provisoriedade 110
1.8. Motivação 113
1.9. Proporcionalidade 124
1.9.1. Adequação ou Idoneidade 127
1.9.2. Necessidade ou Subsidiariedade 128
1.9.3. Proporcionalidade em Sentido Estrito 130
1.10. Duração Razoável da Prisão 138
1.11. Iniciativa de Parte 152
1.12. Bilateralidade de Audiência (Contraditório) 163

CAPÍTULO V 169

1. As Medidas Alternativas como Aplicação da Subsidiariedade Processual Penal 169
2. A Abandonada Bipolaridade Cautelar do Sistema Brasileiro 172
3. O Novo Sistema Cautelar 173
4. A Mudança de Paradigma do Novo Sistema 181

CAPÍTULO VI 191

1. Das Novas Medidas Cautelares 191
1.1. Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades 193
1.2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações 194

STJ00109642

1.3. Proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante 195

1.4. Proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução 201

1.5. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos 203

1.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais ... 206

1.7. Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (artigo 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração 208

1.8. Fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento aos atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial 210

1.8.1. Críticas à Nova Configuração da Fiança 212

1.9. Monitoração eletrônica 216

2. Finalidades das Cautelares Alternativas 219

3. Prazo de Duração das Cautelares 223

CAPÍTULO VII 227

1. Outras Medidas Cautelares Alternativas à Prisão 227

2. Uso de Medidas Alternativas não Previstas na Legislação (Poder Geral de Cautela) 229

CAPÍTULO VIII 237

1. Da Prisão Preventiva e da Prisão Temporária 237

2. Requisitos comuns às prisões cautelares 237

3. Da Prisão Temporária 241

STJ00109642

3.1. Cabimento 241
3.2. Prazo 243
3.3. Outras Questões da Lei da Prisão Temporária 246
4. Da Prisão Preventiva 248
4.1. Cabimento 248
4.2. Motivos, requisitos, fundamentos ou circunstâncias autorizadoras 254
4.2.1. A validade da Prisão Preventiva para Garantia da Ordem Pública 266

CAPÍTULO IX 271

1. Oscilações do STF quanto à execução da pena 271
1.1. O Entendimento Original do STF 271
1.2. Novo *Overruling* 276
2. Breve resumo dos votos 278
3. Análise do HC 126.292/SP 285
4. A incerteza sobre o tema 288
5. A reviravolta do STF 291

CAPÍTULO X 295

1. Audiências de Custódia 295
2. A Resolução Nº 213 de 15/12/2015, Conselho Nacional de Justiça 298
3. Prazo de Apresentação do Preso 299
4. Finalidades da Audiência de Custódia 304
4.1. Controle de legalidade da prisão 304
4.2. Exame da necessidade de medida cautelar 308
5. Rito da Audiência 310

CAPÍTULO XI 319

1. A reforma 319
2. A valorização principiológica 324
2.1. Princípio acusatório 324

STJ00109642

2.1.1. Divisão funcional de competências (juiz de garantias e juiz de instrução e julgamento) 327
2.1.2. Vedação a iniciativas acusatórias (princípio da inércia da jurisdição) 329
2.1.3. Reforço na possibilidade de contraditório 331
3. Ênfase na motivação das decisões cautelares 333
3.1. Vícios de fundamentação 334
3.1.1. Decisão que se limita à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida..... 335
3.1.2. Decisão que emprega conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso 335
3.1.3. Decisão que invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão..... 336
3.1.4. Decisão que não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador 337
3.1.5. Decisão que se limita a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos..... 339
3.1.6. Decisão que deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento ... 341
3.2. Perigo da liberdade e contemporaneidade..... 343
4. Periódica reavaliação da medida cautelar 346
5. A falta de identidade da nova lei 349
5.1. Liberdade vedada..... 349
5.2. Execução imediata da pena no Tribunal do Júri 351
6. Outras alterações nas medidas cautelares pessoais 354
6.1. Audiências de custódia..... 354
6.2. Controle da duração do inquérito policial 356
6.3. Respeito à imagem e à dignidade do preso 357

STJ00109642

POSFÁCIO 359

I. O sistema punitivo no Brasil 360

II. Do autoritarismo à construção de um processo penal garantista e eficiente 362

III. O autor, o livro e suas circunstâncias 364

IV. Conclusão 365

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 367